

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.085.058 - DF
(2017/0083056-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : CARLOS AUGUSTO VALENZA DINIZ E OUTRO(S) - DF014003
EMBARGADO : SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
ADVOGADOS : JOAO PAULO DE CAMPOS ECHEVERRIA - DF021695
HUGO LEONARDO ZAPONI TEIXEIRA E OUTRO(S) - DF033899
AUGUSTO DE ALBUQUERQUE PALUDO - DF042075

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03 E 07/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEGRAÇÃO DO JULGADO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS.

1. Os honorários recursais seguem o disposto no art. 85, § 11, do CPC, c/c o Enunciado Administrativo nº 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC").

2. Embargos de declaração acolhidos, com efeito integrativo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator